

Ata da Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Angical – BA. Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário da Câmara Municipal de Angical, Estado da Bahia. Sob a Presidência de Décio Freire Coité Filho, que após verificar a existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão em nome de Deus e justificou o atraso do início dos trabalhos em razão de discussões internas sobre as pautas do dia. Vice-Presidente José Carlos de Oliveira Lima, primeiro Secretário Gilson Antônio da Rocha e Segunda Secretária Lusimar de Souza Carvalho. Procedida a chamada nominal, constatou-se a presença de todos os vereadores. Em seguida, o Vereador Nizaldo Silva de Souza realizou a leitura bíblica, baseada em Gálatas 6:6-10, destacando a importância da prática do bem, da responsabilidade nas escolhas individuais e do compromisso das autoridades públicas com o serviço à população. Passando ao Expediente, foram lidos os documentos apresentados à Mesa Diretora, entre eles o Requerimento nº 011/2026, de autoria do Vereador Nizaldo Silva de Souza, solicitando a recuperação da Praça Valdemir Carlos Domingues, no Distrito de Missão de Aricobé; os Requerimentos nº 012, 013, 014 e 015/2026, de autoria do Vereador Milton José Ferreira Neto, solicitando a requalificação da estrada do Riachinho, reforço da recuperação da estrada da Comunidade Canabrava, manutenção das pontes das Comunidades Sacutiaba e Santa Maria e recuperação da estrada de acesso à Comunidade de Saíra. Também foram lidos o Ofício nº 028/2026, encaminhado à Secretaria Municipal de Educação solicitando informações sobre a lotação dos profissionais e o quadro docente do Colégio Municipal Florivaldo Ferreira; a Mensagem de Encaminhamento do Projeto de Lei que dispõe sobre a recomposição salarial dos servidores públicos municipais para o exercício de 2026, estabelecendo revisão geral anual de 6,79% para os servidores do quadro geral e da Guarda Municipal e reajuste de 5,4% para os profissionais do magistério; a Mensagem nº 003/2026, referente à prorrogação do prazo para elaboração do Plano Municipal de Educação; e o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2027. Logo após, o Presidente informou que as matérias seriam encaminhadas às comissões competentes para análise e emissão de pareceres, bem como os requerimentos seriam remetidos ao Poder Executivo Municipal para as providências cabíveis. Na Tribuna Livre, fez uso da palavra a Vereadora Juliana Miranda Sales de Souza, que abordou inicialmente o Projeto de Lei referente à Gestão Democrática da Educação e o Projeto de Recomposição Salarial dos Servidores. Relatou sua participação em audiência pública realizada com professores e representantes sindicais, destacando que o reajuste de 5,4% destinado ao magistério não corresponde ao pagamento integral do piso nacional da categoria, mas apenas a uma atualização salarial. Ressaltou que os profissionais da educação ainda acumulam perdas salariais significativas e que o sindicato continuará buscando negociações para recomposição dessas defasagens. A vereadora também manifestou preocupação com a

tramitação dos projetos enviados pelo Poder Executivo, defendendo o cumprimento dos prazos regimentais e a análise adequada pelas comissões permanentes antes da votação. Em relação ao Projeto de Gestão Democrática, posicionou-se contrariamente ao texto apresentado, afirmando que a proposta substitui a eleição direta para diretores e vice-diretores por um sistema de seleção curricular seguido de escolha pelo Executivo Municipal. Informou que apresentou emendas visando garantir a participação da comunidade escolar por meio de eleição e assegurar que os cargos de direção sejam ocupados exclusivamente por profissionais efetivos do quadro do magistério municipal. Em seguida, o Vereador Edmar Vieira da Silva ocupou a tribuna. O parlamentar criticou a forma de tramitação do projeto de reajuste salarial, afirmando que a matéria chegou à Câmara no mesmo dia da sessão, impossibilitando uma análise mais aprofundada pelas comissões. Também criticou informações divulgadas à população atribuindo à Câmara eventual atraso na aprovação do reajuste. O vereador apresentou questionamentos sobre despesas da administração municipal, especialmente relacionadas a viagens oficiais, contratos de prestação de serviços e coleta de resíduos sólidos. Relatou preocupação com a situação do armazenamento de resíduos hospitalares e questionou os valores pagos a empresas terceirizadas que atuam no município. Ainda destacou problemas na limpeza urbana e na manutenção dos serviços públicos. Ao final de seu pronunciamento, anunciou publicamente sua pré-candidatura à Presidência da Câmara Municipal para o próximo biênio, afirmando que sua motivação é fortalecer a independência do Poder Legislativo e aprimorar a fiscalização da gestão pública municipal. Posteriormente, fez uso da palavra o Vereador Nizaldo Silva de Souza. O parlamentar manifestou preocupação com os projetos relacionados à educação e à gestão democrática das escolas municipais, defendendo a valorização das conquistas históricas da categoria e a preservação dos mecanismos de participação da comunidade escolar na escolha dos gestores das unidades de ensino. Também abordou a situação salarial dos servidores públicos municipais, especialmente dos profissionais da educação, ressaltando a existência de perdas acumuladas e dificuldades enfrentadas por diversas categorias. Defendeu maior participação dos servidores e do sindicato nos debates sobre os projetos em tramitação na Câmara. O vereador destacou o Requerimento nº 011/2026, de sua autoria, solicitando a recuperação da Praça Joaquim de Alcântara, no Distrito de Missão de Aricobé, além de melhorias em pontos críticos da estrada que liga a região à BA-449. Chamou atenção para problemas no transporte escolar, especialmente nas comunidades de Santa Maria, Gameleira e Varjão, relatando frequentes interrupções do serviço. Também cobrou providências para ampliação da assistência médica em Missão de Aricobé e para a recuperação asfáltica de vias públicas do distrito, citando a Avenida Paulista e o loteamento Marco Cardoso. O vereador Milton José Ferreira Neto, iniciou sua fala registrando a ausência das sessões ordinárias nas

duas últimas segundas-feiras, justificando que, em uma delas, participou da Marcha dos Municípios, em Brasília, juntamente com outros vereadores. Destacou a importância do evento para a capacitação dos parlamentares e para o aprimoramento da atuação legislativa. Em seguida, cobrou do Poder Executivo a execução de suas emendas impositivas, aprovadas no orçamento municipal. Ressaltou que uma delas é destinada à criação de um espaço de atendimento para crianças autistas e suas famílias, enquanto outra prevê melhorias no esporte, incluindo o cercamento do Campo do Alto de Santa Cruz e a construção de uma quadra de vôlei. O vereador também parabenizou os organizadores das festividades religiosas e culturais do Divino Espírito Santo em Angical e da Santíssima Trindade na Vila, destacando a relevância dessas celebrações para a identidade cultural do município. Durante suas visitas às comunidades rurais, relatou diversas demandas da população. Citou a situação precária da estrada do Riachinho, da ponte da comunidade Santa Maria e das estradas da comunidade do Grotão, ressaltando que os problemas comprometem o transporte escolar, o acesso à saúde e o escoamento da produção rural. Cobrou providências urgentes da Prefeitura e da Secretaria de Infraestrutura. Milton também criticou a falta de investimentos efetivos na infraestrutura municipal, afirmando que, apesar dos elevados gastos da pasta, os moradores continuam enfrentando dificuldades em diversas localidades. Na área da educação, abordou a situação dos professores e o processo de desdobramento das 40 horas. Demonstrou preocupação com a falta de docentes no Colégio Florisvaldo Ferreira, informando que enviou ofícios à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos. Segundo ele, existe uma contradição entre as informações fornecidas pela Secretaria, que admite a ausência de professores em algumas disciplinas, e documentos apresentados à Justiça, que apontam excedente de profissionais na unidade escolar. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre essa divergência, colocou-se à disposição para dialogar sobre o tema e reforçou a necessidade de soluções urgentes para os problemas enfrentados pela educação, infraestrutura e demais áreas do município. O vereador José Carlos iniciou sua fala cumprimentando os colegas vereadores, servidores da Câmara, o público presente, os ouvintes das rádios, os telespectadores do YouTube e as comunidades de Reforma Agrária, Cabeceira, Fazendinha, Angical e Missão. Parabenizou seu amigo Fabrício e sua família pela realização da cavalgada que percorreu as comunidades de Cabeceira e Fazendinha, destacando o sucesso e a importância do evento para a região. Em seguida, abordou a situação das estradas da comunidade de Cabeceira, informando que esteve reunido com a prefeita para reforçar a necessidade de recuperação das vias. Ressaltou que vem cobrando constantemente melhorias para a localidade e afirmou que continuará acompanhando e cobrando a execução dos serviços prometidos. Também destacou a necessidade de intervenções na estrada que liga a região da Reforma Agrária ao trecho próximo a Benfica, especialmente em pontos onde há acúmulo

de água. Segundo ele, a maior parte da estrada encontra-se em boas condições, sendo necessário apenas corrigir trechos específicos para garantir melhor trafegabilidade. O vereador informou que conversou com representantes do sindicato local e que existe disponibilidade de equipamentos para auxiliar nos trabalhos de manutenção das estradas, o que pode contribuir para agilizar as melhorias necessárias. Outro tema central de sua fala foi a construção de uma passagem molhada na comunidade de Cabeceira. Zé Carlos reafirmou que essa é uma promessa e um compromisso pessoal, garantindo que está se preparando para executar a obra de forma definitiva e com qualidade. Demonstrou confiança de que o projeto será concretizado em breve e afirmou que pretende celebrar essa conquista junto à comunidade. Ao final, recebeu o apoio do vereador Edmar, que colocou à disposição equipamentos e mão de obra para colaborar na construção da passagem molhada. Zé Carlos agradeceu a oferta e afirmou estar aberto à colaboração de qualquer vereador ou cidadão que queira contribuir para a realização da obra, reforçando que seu objetivo é resolver o problema da comunidade e atender às necessidades da população de Cabeceira. A vereadora Lusimar de Sousa Carvalho iniciou sua fala destacando as constantes cobranças da população em relação às condições das estradas e à manutenção das comunidades rurais. Reforçou pedidos já apresentados na Câmara para a limpeza da Vila de Ouriçangas e para melhorias nas estradas que ligam diversas localidades, especialmente Riachinho, Mutamba, Água Preta, Barro Branco, Cupins e Benfica. Relatou que esteve em reunião com a prefeita e o secretário de infraestrutura, cobrando providências para recuperação das estradas e informando que recebeu o compromisso de realização de vistorias e intervenções nos trechos mais críticos. A parlamentar também abordou a situação da Reforma Agrária, destacando a entrega de 107 títulos de propriedade pelo INCRA. Agradeceu à prefeita, à equipe organizadora do evento e aos envolvidos no processo. Ressaltou que continua acompanhando o andamento da regularização fundiária e afirmou que seguirá lutando para que todos os beneficiários recebam seus títulos. Luzimar respondeu ainda às críticas recebidas sobre sua atuação junto ao processo de regularização, afirmando que seu trabalho tem sido transparente e dentro da legalidade. Destacou que apenas auxilia os moradores na busca de informações e na conferência da situação cadastral junto ao INCRA. Por fim, comentou sua participação em eventos realizados no município durante o final de semana, parabenizando os organizadores das festividades e enviando cumprimentos aos moradores de diversas comunidades, em especial ao povo da Baixa da Mutamba. Encerrando sua fala, reafirmou seu compromisso de continuar trabalhando em defesa da população de Angical. Prosseguindo, o Sr. Presidente, passando a cadeira ao seu substituto legal, iniciou seu pronunciamento cumprimentando os colegas vereadores, servidores da Câmara e a população presente e que acompanhava a sessão pelos meios de comunicação. Parabenizou

os organizadores dos festejos religiosos do Divino Espírito Santo em Angical, do Divino em Aricobé e da festa da Santíssima Trindade na comunidade de Vila Nova, destacando o empenho dos responsáveis e a participação popular. Em seguida, ressaltou a importância da participação dos vereadores na 24ª Marcha dos Municípios, realizada em Brasília. Defendeu que eventos como esse proporcionam capacitação, troca de experiências e a construção de projetos que beneficiam diretamente os municípios. Citou como exemplo a implantação das emendas impositivas em Angical, ideia que, segundo ele, surgiu a partir dos conhecimentos adquiridos durante a marcha. O vereador rebateu críticas sobre os custos das viagens institucionais, afirmando que as diárias muitas vezes não cobrem todas as despesas dos participantes. Destacou que os benefícios conquistados compensam os investimentos realizados, citando a luta nacional pela redução da alíquota patronal do INSS dos municípios, medida que pode gerar economia significativa aos cofres públicos e ampliar a capacidade de investimento em obras e serviços. Ao analisar o Projeto de Lei nº 002/2026, que trata da revisão salarial dos servidores municipais, observou que a redução dos encargos previdenciários poderia permitir melhores condições financeiras para futuras discussões sobre reajustes salariais. Continuando, informou ainda que, durante viagem a Brasília, reuniu-se com Lucas Reis, pré-candidato a deputado federal, para discutir investimentos em infraestrutura. Destacou o avanço das tratativas para a pavimentação asfáltica das comunidades de Santa Luzia e Vila Nova, obra que deverá ser executada por meio de convênio com o Consórcio Oeste (CONSID). Por fim, anunciou a aquisição de um novo veículo pela Câmara Municipal, destinado a proporcionar mais conforto e segurança aos vereadores em viagens institucionais e atividades relacionadas à busca de benefícios para o município. Dando continuidade, o Sr. Presidente anunciou a Ordem do Dia, apresentando para discussão e votação o Projeto de Lei Complementar N 012/2025, que ,,,,,,ao qual foi apresentado Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação, como também da Comissão de Educação Saúde Obras,,,,, aonde a referida Comissão através de sua Relatora apresentou Emendas ao referido Projeto de Lei Complementar. Durante a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 12/2025, o vereador Edmar manifestou-se contrário ao projeto e favorável às emendas apresentadas pela vereadora Juliana Miranda Sales de Souza, argumentando que, apesar de o texto estar bem elaborado, a decisão final sobre a escolha dos diretores escolares permaneceria concentrada no Poder Executivo. A vereadora Juliana defendeu seu parecer e as emendas apresentadas, afirmando que o projeto não assegurava efetivamente a participação da comunidade escolar na escolha dos gestores das unidades de ensino. Destacou que sua proposta previa que, após a formação da lista tríplice, a escolha do diretor fosse realizada pela comunidade escolar, preservando a gestão democrática e a autonomia de professores, servidores, pais e estudantes. Os vereadores que acompanharam o parecer da relatora ressaltaram que

o documento foi elaborado após reuniões e diálogos com representantes da categoria da educação e do sindicato dos servidores públicos, entendendo que as alterações propostas estavam fundamentadas na legislação educacional vigente e nos princípios da gestão democrática. Também houve manifestação em defesa do projeto original, sendo destacado que a legislação federal admite modelos de seleção de gestores escolares que envolvam critérios técnicos, como prova escrita, análise curricular, avaliação de plano de gestão e entrevista, não se restringindo apenas ao processo eleitoral. Encerradas as discussões, foi colocada em votação a Emenda da Comissão de Educação ao Projeto de Lei Complementar nº 12/2025. O resultado foi empate em plenário, sendo a matéria rejeitada pelo voto de desempate do Presidente da Câmara. Na sequência, foi colocado em votação o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. Novamente houve empate entre os vereadores, sendo o parecer aprovado pelo voto de desempate do Presidente. Por se tratar de Projeto de Lei Complementar, a matéria foi submetida ao segundo turno de votação na mesma data. Em nova votação, o parecer da Comissão de Educação foi novamente rejeitado após empate em plenário e voto de desempate da Presidência. Em seguida, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi aprovado em segundo turno, também após empate e voto de desempate do Presidente. Ficando, portanto, o Projeto de Lei Complementar nº 012/2025, aprovado na sua íntegra. Não havendo mais matérias a serem tratadas, o Presidente declarou encerrada a sessão, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária a ser realizada em 08 (oito) do corrente mês e ano em curso no horário regimental. E para constar, eu Maria das Neves Almeida escrevi. Angical, 01 de junho de 2026.